



Sessão temática: Questões agrária, urbana ambiental e Serviço Social.

Mesa coordenada Serviço Social, direito à moradia e à cidade: nosso legado crítico e os desafios contemporâneos da resistência.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E LUTAS PELO DIREITO À CIDADE: TRAJETÓRIA DO PROGRAMA DE APOIO À REFORMA URBANA/PARU/UFPA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (PA)

SANDRA HELENA RIBEIRO CRUZ¹
ROSELENE DE SOUZA PORTELA²
NÁDIA SOCORRO FIALHO NASCIMENTO³

RESUMO: Se apresenta aqui a experiência de formação profissional em Serviço Social na Universidade Federal do Pará (UFPA), centrada nas lutas sociais pelo direito à cidade no contexto da Região Metropolitana de Belém (RMB), através do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), que agrega projetos de ensino, extensão e pesquisa, fundamentados no processo de assessoria aos movimentos populares urbanos. Ao revelar essa experiência no processo de formação profissional numa instituição universitária pública, busca ressaltar a atualidade do princípio da indissociabilidade entre ensino-extensão-pesquisa ao responder às demandas (ins)urgentes de movimentos sociais pelo direito à cidade na Amazônia.

Palavras-Chave: Serviço Social; Direito à Cidade; Extensão Universitária.

ABSTRACT: This paper presents the experience of professional training in Social Work at the Federal University of Pará (UFPA), focusing on social struggles for the right to the city in the context of the Metropolitan Region of Belém (RMB), through the Program for Support to Urban Reform (PARU), which adds teaching, extension and research projects, based on the process of advising the popular urban movements. In revealing this experience in the process of professional training in a public university institution, it seeks to highlight the relevance of the principle of the inseparability between teaching-extension-research in responding to the urgent demands (ins) of social movements for the right to the city in the Amazon.

Key-Words: Social Service; Right to the City; University Extension.

1. INTRODUÇÃO

Como capital do estado do Pará, Belém é emblemática pela forma como seu território foi (re)produzido a partir dos efeitos e impactos da implantação de grandes empreendimentos na região amazônica, que contribuíram, dentre outros processos, para a expropriação de famílias nativas a quem restou, para expressiva parte delas, como única alternativa de sobrevivência a migração.

¹ Professora com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará. E-mail: <trabalhos@alvoseventos.com.br>.

² Professora com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará.

³ Professora com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará.

Trindade Jr (2011) destaca o crescimento demográfico exponencial da metrópole e das cidades médias na Amazônia e Fialho Nascimento (2006) reflete sobre o resultado dos processos migratórios sobre homens e mulheres que, ao chegarem nos centros urbanos, oriundos de outra realidade social, econômica e política, não têm a garantia de condições básicas de vida digna, no que a exclusão dos serviços de infraestrutura e das oportunidades de geração de trabalho e renda, são apenas as partes mais visíveis desse processo.

O sítio urbano de Belém, constituído em grande extensão por terrenos afetados pelos regimes de cheias sazonais do Rio Guamá e da Baía de Guajará e pelo alto índice pluviométrico em determinados períodos do ano o que permite que Belém seja identificada como “cidade das águas”. Em sua extensão territorial peninsular estão localizadas 13 (treze) Bacias Hidrográficas que abrangem diferentes bairros e para onde fluem águas abundantes pelos “braços de rio” e “igarapés”, cujas margens são densamente ocupadas por residências e atividades econômicas diversas (portos públicos e privados, hotéis, serrarias, comércio em geral, etc), além de moradias e vias de acesso do tipo “palafitas”⁴, que revelam a diversidade socioeconômica e cultural estabelecida.

A relação dos sujeitos que residem na cidade com as águas diferencia-se fortemente pela condição de classe social e, nesta, pelo nível de renda, definidora da trajetória de ocupação de terrenos baixos e alagáveis em função das chuvas e das marés altas (SOARES, 2016) que são conhecidos por “baixadas”⁵.

É nessa cidade marcada por áreas com infraestrutura básica e outras precarizadas que os poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) propõem os chamados “grandes projetos urbanos”, atualização de velhas “políticas” que, na contemporaneidade, firmam alianças com agências multilaterais de financiamento internacional direcionados para projetos na América Latina e no Caribe (SANTANA, 2013).

O objetivo “declarado” dessas intervenções urbanas é dar respostas às demandas da população local por moradia e saneamento básico do que resultaram, particularmente, na grande Belém, em intervenções a partir da década de 1980,

⁴“Palafitas” são construções de madeira, sob estacas, para fins de moradia e de acessibilidade, predominantes em áreas alagadas ou alagáveis, modelo arquitetônico típico das regiões ribeirinhas na Amazônia brasileira.

⁵ Estas áreas de “baixadas” apresentam cota altimétrica abaixo de 4 metros do nível do mar, daí porque sua denominação.

sendo a primeira delas na Bacia Hidrográfica do Una, a maior das 13 (treze) Bacias existentes no município. A partir daí Belém foi impactada por intervenções urbanísticas⁶ no governo progressista de Edmilson Rodrigues (1997-2000 e 2001-2004) e da “velha política”, como de Duciomar Costa (2005-2008 e 2009-2012).

Os primeiros anos do século XXI são marcados assim por nova “arquitetura” institucional das chamadas políticas urbanas (habitação, saneamento, mobilidade e regularização fundiária), antes dispersas e fragmentadas em diferentes Ministérios do governo federal que passaram, em 2003, a fazer parte das competências e ações do Ministério das Cidades (MCidades). A implementação dessas políticas, como parte de processos de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano, foi pautada em princípios participativos, ganhando centralidade a formação de Conselhos vinculados a diferentes políticas setoriais (Assistência Social, Saúde, Educação, Habitação), como foi o caso do Conselho Nacional das Cidades (ConCidades).

Na contraface do Estado em movimento, visibilizado pelas políticas públicas propostas, ocorriam processos organizativos de base popular objetivando desnudar o descaso e a farsa de projetos, recorrentemente, desqualificados e inconclusos. Disso resulta que, de organizações de base comunitária (Associações de Moradores, Centros Comunitários, Clubes de Mães) da década de 1980, articuladas em torno da Comissão dos Bairros de Belém (CBB) surgiu, nos primeiros anos do século XXI, o que foi auto-denominado de “frentes dos prejudicados” nas diferentes Bacias Hidrográficas. Os “prejudicados” são moradores afetados pelos alagamentos recorrentes no entorno dos “igarapés”, sendo estes, ao longo da história, transformados em canais concretados de drenagem de águas e esgotos a partir das intervenções físico-urbanísticas.

O “*modus operandi*” das ações do poder público nos processos de intervenção urbanística centra-se no remanejamento de famílias empobrecidas das áreas cobiçadas pelo capital imobiliário, agora alimentado pelo movimento de financeirização da moradia, recrudescendo o fenômeno da “verticalização e dos condomínios fechados, que são áreas sitiadas e apropriadas pelas classes sociais de média e alta renda (CARDOSO, 2017).

⁶ Nestas gestões municipais foram iniciadas intervenções, na primeira, na Bacia Hidrográfica do Tucunduba - “Plano de Desenvolvimento Local – Riacho Doce e Pantanal (PDLRDP)” e, na segunda, na Bacia Hidrográfica da Estrada Nova - “Projeto Orla de Belém” composto pelo “Portal da Amazônia” e pelo “Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben)”.

Essa manifestação de violência institucional é acompanhada por outras formas de violência, como da ação de “milícias” armadas nos bairros considerados “periféricos” (as “baixadas”), *lócus* de residência dos trabalhadores de baixa renda (SILVA, 2011). É em meio a essas múltiplas contradições vivenciadas numa metrópole do porte de Belém do Pará, porta de entrada para a Amazônia brasileira, que o PARU vem desenvolvendo processos de assessoria aos movimentos populares urbanos, vinculados a partir de atividades de ensino, extensão e pesquisa, nas 03 (três) últimas décadas de existência.

2. ENSINO DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NO CONTEXTO DAS LUTAS SOCIAIS: década de 1980

A década de 1980, em Belém, foi marcada por intenso processo de mobilização pela (re)democratização da sociedade brasileira, gestado na conjuntura política, econômica e social ainda marcada por agudos processos repressivos adotados pelos governos da Ditadura Militar. O Serviço Social, enquanto profissão inscrita nos marcos do desenvolvimento capitalista buscava romper com o paradigma orientador da formação profissional centrado na abordagem tripartida do *Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade*, adotada pelas unidades acadêmicas (públicas e privadas) até a aprovação do Novo Currículo Mínimo para os Cursos de Graduação em Serviço Social, proposto pela então Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS). O Currículo Mínimo aprovado em 1982 foi marcado pela busca de parâmetros ancorados no conhecimento teórico-metodológico crítico acerca de processos sociais, econômicos e políticos nos quais a sociedade brasileira estava imersa.

O cenário político vivenciado à época caracterizava-se por manifestações massivas, oriundas da luta por liberdades políticas no Brasil e pela Anistia Internacional para presos políticos. Em Belém, os efeitos do processo de urbanização capitalista eram latentes com o crescimento demográfico, a ocupação do solo urbano segundo a “ordem” do capital, o aumento das demandas por infraestrutura adequada (abastecimento de água, tratamento de esgotos e coleta de lixo), garantidora do direito à moradia digna,

à educação, à saúde e à terra urbana nas áreas ocupadas pelos trabalhadores de baixa renda, em grande parte migrantes, originários de municípios paraenses distantes da capital do estado.

A disputa pela ocupação de terras urbanas se dava entre segmentos empobrecidos e a elite local, formada a partir dos primeiros anos do século XX, produzindo conflitos no cerne da cidade que deram origem a diversas formas de reivindicação e de organização popular, cujas forças políticas foram aglutinadas por sucessivas reuniões, passeatas, atos públicos, audiências com órgãos públicos, entre outros processos.

Nesse período são formadas, aproximadamente, 300 (trezentas) organizações comunitárias em vários bairros de Belém e, em 1979, é criada a Comissão dos Bairros de Belém (CBB), entidade de caráter geral dos movimentos de bairros, que, em 1981, realiza o primeiro Congresso Geral como marco histórico de disseminação e divulgação de sua existência para toda a cidade de Belém.

Ainda em 1979, no interior destas lutas, começa a ser gestado, o que no período que se estende até 1994, o Movimento pela Titulação e Urbanização da Área do Tucunduba (MOTUAT), especificamente no bairro da Terra Firme, que se tornou uma das referências sociais ao tornar-se representante das reivindicações populares na luta pelo direito de morar em terras consideradas da UFPA (ALVES, 2010).

Nesse contexto de lutas sociais no espaço urbano, a UFPA vivia a efervescência do movimento estudantil, cuja juventude lutava por melhorias no ambiente acadêmico das salas de aulas, ampliação do corpo docente com concurso público, eleições para dirigentes, ampliação da representação nas instâncias deliberativas, meia-passagem para estudantes de modo a facilitar a mobilidade ao campus universitário – localizado no bairro do Guamá, na periferia da grande Belém -, liberdade sexual, entre outros pontos de pauta.

Nesse ambiente, o Curso de Serviço Social da UFPA estava inserido tanto na luta estudantil, quanto na luta de parte dos docentes⁷ do Curso pela

⁷ Dentre os professores doo corpo docente do curso de serviço social da UFPA, gostaríamos de destacar a participação da professora Maria Elvira Rocha de Sá, cujo compromisso e engajamento político foi decisivo para a institucionalização do programa na UFPA, atuando no PARU até os dias atuais, mesmo na condição de professora aposentada. Ressalta-se sua especial participação na elaboração deste texto.

implantação de um projeto de ensino com centralidade nas mudanças e rupturas pautadas pelo movimento de reconceituação do Serviço Social no Brasil e na América Latina, nas décadas 1960, 1970 e 1980.

Duriguetto e Marro (2016, p. 98) constata que a “aproximação do serviço social com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas data do início da década de 1960 com o Movimento de Reconceituação Latino-americano”.

O movimento de reconceituação do Serviço Social, ao buscar a ruptura com pressupostos do Serviço Social norte-americano, possibilitou não só o encontro com os movimentos sociais como abriu espaço de atuação profissional vinculado, organicamente, aos determinantes sociais, econômicos e políticos da realidade dos diferentes países latino-americanos. Nessa perspectiva, Matos (2010), destaca que tal descoberta está vinculada,

[...] à conjuntura da época, que é marcada pela emergência dos movimentos sociais vinculados à questão do cotidiano, na luta por melhores condições de vida, pois, com a crise da ditadura militar, foi possível a emergência de inúmeras mobilizações em torno da busca por direitos referente à habitação, saneamento, saúde, ensino, entre outros. Esses movimentos, em geral, se aglutinaram em torno da (re)construção de associações de moradores e/ou da organização no âmbito da Igreja Católica, de cunho progressista, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Este movimento político foi acompanhado também por intenso debate intelectual, que girava em torno do caráter novo, ou não, destes movimentos sociais (MATOS, 2010, p. 40-41).

Inaugurava-se, desse modo, um novo tempo para a formação profissional em Serviço Social no Pará, com a adoção de autores marxistas, dentre eles Antônio Gramsci (1891-1937), em disputa por hegemonia no interior das unidades acadêmicas, viabilizadora da construção da prática profissional comprometida com os interesses da classe social subalternizada pelos agentes das diferentes frações do capital.

No âmbito do Curso de Serviço Social na UFPA a prática que se identificava com aquela abordagem denominou-se de “prática acadêmica/profissional alternativa”, desenvolvida em meio às mudanças teórico-metodológicas da grade curricular aprovada em 1982, embora, no nível societário ainda prevalecessem atos de repressão política instaurados pelo Golpe Militar de 1964.

Aquela estratégia de “prática alternativa” consistia não só na inclusão de conteúdos disciplinares baseados na teoria marxiana/marxista como, em decorrência, no exercício de práticas políticas de engajamento e compromissos com lutas de diferentes frações da classe trabalhadora, no campo e na cidade, por meio de projetos de extensão considerados, desde aquela época, “campos próprios de estágio”.

As atividades eram desenvolvidas nos espaços de sala de aula com debates de textos selecionados de autores constantes da bibliografia proposta e o exercício da prática profissional era vivenciado no interior do Bairro do Guamá, em domicílios de lideranças, de moradores apoiadores das organizações comunitárias e/ou nas sedes destas organizações.

Nestes espaços, docentes e discentes se encontravam com os sujeitos sociais protagonistas das lutas urbanas compartilhando, entre outras atividades, decisões referentes à organização de eventos, de mobilizações, de elaboração de documentos como Atas de reuniões, panfletos, estatutos e regimentos. Aos discentes competia a responsabilidade acadêmica de elaboração de relatórios técnicos que serviam de instrumento de avaliação acadêmica do processo formativo, sendo avaliados pelos docentes que, àquela época, exerciam a dupla função do que hoje se denomina supervisores-docentes e supervisores de campo.

A opção ético-política pelas lutas dos movimentos populares urbanos em Belém, na década de 1980, ainda em plena vigência da Ditadura Militar, abriu caminho para a institucionalização de processos de formação profissional de base crítica, cujos primeiros produtos sob a forma de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's), tiveram como fundamento o materialismo histórico e dialético⁸.

⁸ “A Postura do Agente Externo (intelectual) no Processo Organizativo da Associação Raimundo Ferreira Lima - O Gringo” - Solange LOPES, apresentado em 1984; “Um Estudo sobre o Trabalho Realizado pelo Serviço Social nos Movimentos Populares – Associação de Moradores Raimundo Ferreira Lima – O Gringo - Regina Cláudia de Gusmão PENNA e Sandra Helena Ribeiro CRUZ, apresentado em 1985; “Caldeirão Urbano – A Relação entre Movimentos Sociais Urbanos e Aparelhos de Estado em Belém” - Iracy PAULA e Elza CASTRO, apresentado em 1985; “A Luta pela Água na Associação de Moradores Sebastião Mearim no Bairro do Guamá-PA” - Nádia Socorro FIALHO NASCIMENTO, apresentado em 1987. Ressalta-se que esses não foram os únicos TCC's resultantes desse processo de formação profissional inaugurado na UFPA com base na perspectiva crítica do Serviço Social comprometido com os interesses das classes trabalhadoras subalternizadas.

3. DE “PRÁTICA ALTERNATIVA” AO PROGRAMA DE APOIO À REFORMA URBANA (PARU): década de 1990

O contexto de mudanças e disputas vivenciadas pelo curso de Serviço Social da UFPA nos anos 1980 possibilitou diversas estratégias de formação profissional no âmbito da grade curricular adotada a partir de 1986. Acompanhando o movimento do Serviço Social brasileiro, a introdução de aspectos gerais da sociedade e particulares da região amazônica, passou a fazer a diferença no processo de formação teórica e metodológica de assistentes sociais. Foi necessário pensar o Serviço Social no âmbito de uma região que vivia intensamente as diferenças de classes pela ocupação acelerada das formas capitalistas de exploração de seus recursos naturais, imprescindíveis ao processo de acumulação de capital.

O curso de Serviço Social da UFPA adentra a década de 1990 com desafios na elaboração de programas e projetos que pudessem dar suporte à sua reestruturação curricular, com destaque para a estratégia de organizar a formação da prática profissional por meio da disciplina de estágio supervisionado, vinculando a atividade do estágio curricular obrigatório enquanto lugar de reflexão e síntese do ensino da prática, até a culminância do processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Ganha corpo naquele momento, para um grupo de docentes e discentes do curso de Serviço Social da UFPA a necessidade de institucionalização daquela “prática alternativa”, gestada ainda nos anos 1980, em plena efervescência das lutas sociais desenvolvidas por sujeitos diversos nos bairros periféricos da grande Belém. Nasce assim, a partir de 1992, no âmbito da UFPA, uma importante atividade de extensão universitária nomeada “Programa de Apoio à Reforma Urbana” (PARU), numa estreita articulação de docentes, discentes e técnicos de Serviço Social com os movimentos sociais que o demandaram, particularmente na assessoria técnica às famílias envolvidas no Projeto de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Una.

Iamamoto (2011, p. 271) destaca que a extensão “concretiza-se em um conjunto de atividades que constroem um vínculo orgânico entre a universidade e os interesses e necessidades da sociedade organizada em seus diversos níveis”. A partir daí o PARU passou a integrar a extensão ao ensino e estes à pesquisa, tendo como discussão central a questão urbana e o direito à cidade,

voltando sua intervenção para os movimentos sociais urbanos, bem como às organizações governamentais responsáveis pela implementação das políticas urbanas.

O planejamento e as ações do PARU foram centrados nos processos de assessoria aos movimentos sociais, com destaque, naquele momento, para o Fórum Metropolitano de Reforma Urbana no processo de elaboração do Plano Diretor Urbano de Belém e as discussões do Projeto UNA, que demandava o levantamento socioeconômico das famílias atingidas, o que exigiu a participação da Equipe do Programa em inúmeras reuniões com lideranças dos movimentos sociais, particularmente, com o Comitê Assessor da Bacia do Una.

A partir da sua institucionalização como Programa e consequente estruturação como campo próprio de estágio do curso de Serviço Social da UFGA, as atividades do PARU foram sendo desenvolvidas nas áreas de habitação e saneamento, com foco na assessoria às organizações governamentais e não-governamentais.

A assessoria desenvolvida por professores de estágio vinculados ao PARU ocorreu no âmbito da supervisão de estágio de discentes de Serviço Social e foram desenvolvidas, dentre outras, as seguintes atividades: levantamento socioeconômico, cadastramento e orientação de famílias sobre política habitacional na COHAB, educação sanitária e ambiental com moradores das áreas de intervenção, instalação de equipamentos comunitários na área de saneamento, participação em cursos profissionalizantes, uso dos equipamentos sociais existentes nas áreas, com a realização de reuniões por quadra, visitas às organizações comunitárias, elaboração de cartilhas informativas, estímulo às atividades artísticas, esportivas e culturais e visitas domiciliares, além de reuniões com lideranças comunitárias e acompanhamento ao remanejamento das famílias atingidas por projetos de infraestrutura na grande Belém.

Na década de 1990, as atividades de extensão por meio da assessoria culminaram no desenvolvimento de pesquisas sobre a dinâmica de movimentos sociais e análise de impactos socioeconômicos dos projetos de intervenção urbanística na grande Belém. Merecem destaque nesse período os projetos de pesquisa “Movimentos Sociais Rurais e Urbanos: (re)construindo um projeto de assessoria”, “Impactos Diferenciados para Homens e Mulheres

no Plano de Reassentamento Involuntário em um Projeto Financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Belém: a experiência da área Companhia das Docas do Pará (CDP)”, “Legislação Urbanística como Instrumento das Lutas dos Movimentos Sociais pela Reforma Urbana no Município de Belém (PA)” e “Assessoria aos Movimentos Sociais em Belém e Ananindeua”.

O reconhecimento do PARU pelas lideranças dos movimentos sociais urbanos de Belém o credenciou, no âmbito da UFPA, a firmar parcerias com instituições públicas como a Caixa Econômica Federal (CAIXA), com destaque para o Contrato de Prestação de Serviços firmado entre aquela instituição e a UFPA com a interveniência da Fundação de Amparo à Pesquisa (FADESP) para o desenvolvimento do “Projeto de Ação Comunitária” no âmbito do Programa de Apoio do Desenvolvimento Comunitário (PRODEC). O projeto voltava-se para a elaboração do perfil socioeconômico de famílias atendidas pelos programas habitacionais administrados pela CAIXA no estado do Pará e para as demandas sociais apresentadas pelos conjuntos habitacionais, visando subsidiar a proposta de desenvolvimento comunitário do PRODEC.

A visibilidade externa adquirida pelo PARU nas lutas sociais da década de 1990 em Belém lhe permitiu ampliar suas ações no âmbito da UFPA e novas parcerias. No período de 1998 a 2000 foi desenvolvido o Convênio COHAB/FADESP/UFPA objetivando reassentar 2.057 (duas mil e cinquenta e sete) famílias oriundas de vários canais do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do UNA. Essa experiência buscou seguir as orientações estabelecidas no Convênio - consoante as exigências postas pelo avanço do ideário da Reforma Urbana -, com o trabalho entre as diferentes equipes - Arquitetura, Engenharia e Serviço Social -, sendo realizado na própria área do reassentamento da CDP o que deu origem ao termo “Barracão de Projetos”. Neste espaço físico compartilhado, os (as) moradores atendidos poderiam confirmar ou não o interesse de receber a orientação de projetos e os que o aceitavam, passavam a ser atendidos individualmente pela equipe de Arquitetura, onde o morador expressava suas necessidades e expectativas sobre o desenho da nova moradia. Assim, o projeto de Arquitetura procurava ter uma lógica menos impositiva às famílias reassentadas, através de um processo de projeto no qual as decisões foram compartilhadas entre morador e

projetista. A equipe de Engenharia, por sua vez, acompanhava o (a) morador (a) na locação do terreno, orientava na compra de materiais e na construção da moradia propriamente dita. A equipe de Serviço Social organizava reuniões por quadra com vistas a apresentar aos moradores os equipamentos comunitários previstos no projeto. (SANTANA; PERDIGÃO, 2011, p. 06).

Estas ricas experiências instigaram os(as) docentes de Serviço Social vinculados(as) ao PARU a buscarem a qualificação no nível da pós-graduação do que resultou a defesa de dissertações cujos objetos de pesquisa resultavam da experiência daquele e de outros Convênios .

4. O PARU NO SÉCULO XXI: demandas contemporâneas

Nas primeiras décadas do século XXI, o PARU buscou atualizar sua leitura de movimentos sociais, tanto em função das mudanças ocorridas no interior destes na cidade de Belém como também pelos processos em curso na própria sociedade brasileira e mundial.

Dentre estes processos têm-se a intensificação da política urbana com intervenções urbanísticas que passaram a visar o embelezamento das áreas urbanas, removendo centenas de pessoas das áreas afetadas o que fez com que os movimentos buscassem organizar-se a partir daqueles processos buscando apoio na qualificação de suas lutas junto à UFPA. Citam-se a Frente dos Prejudicados da Macrodrenagem da Bacia do Una (FPMBU), os Prejudicados da Bacia do Tucunduba, a Associação de Moradores do Projeto Orla, a Frente de Prejudicados da Duplicação da Avenida Perimetral, o Comitê Popular Urbano, o Fórum Metropolitano da Reforma Urbana (FMRU), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional na Amazônia (FASE), o Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental (IAGUA), a Ordem dos Advogados do Brasil - Secção Pará, a Secretária Municipal de Habitação (SEHAB), a Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB) e a Secretaria de Desenvolvimento e Obras do Pará (SEDOP).

Nas atividades de extensão que se dão por meio da assessoria aos movimentos sociais, o PARU estabelece relação com órgãos do poder público estadual, municipal ou de justiça e defesa pública, no sentido de obter

informações acerca das intervenções urbanísticas apoiando assim as lideranças e moradores nos processos de mediação destes com os agentes de conflito. Essa mediação significa acompanhar, argumentar, questionar e evidenciar a concepção da intervenção pública – e os interesses privados nelas contidos -, por meio das pesquisas realizadas por docentes e discentes do PARU e, assim, subsidiar o processo de reivindicação dos movimentos sociais.

Destacando mais a importância destas atividades, Iamamoto (2011, p. 271) expressa que a extensão é um “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade”. Ao permitir esse fortalecimento dos vínculos da Universidade com a Sociedade, a pesquisa e a extensão adquirem um papel fundamental no processo de formação profissional do assistente social. Por meio delas se criam possibilidades concretas de articulação entre as dimensões presentes na formação e no exercício profissional em Serviço Social uma vez que sua dimensão interventiva requer a posse de um aporte teórico-metodológica como recurso para a explicação da vida social (BRAVO; MATOS, 2010).

Marro (2011, p. 321) destaca “a importância da articulação do Serviço Social com as lutas sociais, como uma possibilidade de ampliação e potenciação dos horizontes institucionais da intervenção profissional” criando condições assim para a participação popular nas instâncias de decisão.

Essa potenciação da intervenção profissional, pela via da extensão universitária que viabiliza, no caso histórico do curso de Serviço Social da UFPA, o ensino da prática por meio dos campos de estágio curricular, se deu (e se dá) por meio de ações de assessoria que envolvem, no âmbito do PARU: apoio à Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una; integração à comissão organizadora da Audiência realizada pela Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados de Belém (OAB), que discutiu os problemas ocasionados pelo Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una; participação e apoio ao encontro Estadual do Movimento Lutas, Bairros, Vilas e Favelas (MLB); integração na Coordenação do Encontro Internacional de Participação, Democracia e Esfera Pública; mobilização e organização de reuniões com os movimentos sociais nas áreas atingidas por Grandes Projetos Urbanos - moradores da Av. Perimetral (Bairro do Guamá), moradores do

Riacho Doce e Pantanal (Bacia do Tucunduba), e afetados pelo Portal da Amazônia na Estrada Nova e assessoria às famílias remanejadas da área do Projeto Portal da Amazônia.

Para Matos (2009, p. 15), “a assessoria/consultoria, também, é uma importante possibilidade que temos de aprofundar o trânsito entre o conhecimento teórico acumulado pela profissão e a renovação crítica das suas estratégias técnico-operativas, desafio urgente do atual projeto de profissão”.

Fonseca (2010) identifica algumas particularidades acerca da análise da conceituação da assessoria no Serviço Social, tais como: a) o reconhecimento da atividade de assessoria no trabalho do assistente social nas atividades tradicionais das instituições, e no meio acadêmico com a formação profissional, para além da graduação (*lato sensu*); b) compreendida como uma atividade capaz de resgatar a unidade teoria-prática; c) as atualizações e acompanhamentos, atividade de assessoria que funciona como supervisão técnica.

Nessas perspectivas, o profissional que presta assessoria deve ter o domínio do conhecimento pelo qual foi chamado, além da aquisição de um leque de conhecimentos para muito além do oferecido pela formação profissional. Segundo Fonseca (2010), assessorar requer estudos, pesquisas, discussões coletivas, aprimoramento e permanente atualização para os objetivos propostos pelos assessorados serem alcançados, além de se conseguir um aprendizado coletivo dos assessorados e do assessor.

A partir dos anos de 2010, o PARU tanto ampliou suas parcerias e experiências como, conseqüentemente, amadureceu as suas reflexões sobre o urbano, do que decorreu o adensamento de sua produção teórica. No ano de 2010, o PARU participou do Convênio Nº 001/2010 - COHAB/UFGA/FAPESPA/SEDECT, através do qual desenvolveu atividades de capacitação e assessoria à elaboração de “Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS)” em 22 (vinte e dois) municípios paraenses e abrangendo 04 (quatro) polos regionais: Belém, Santarém, Altamira e Marabá.

Importante ressaltar que as experiências vivenciadas pelo PARU na relação com movimentos sociais e instituições governamentais são transformadas em objetos de pesquisa, reflexões teóricas e sistematizações em artigos, monografias, dissertações, teses etc. No processo de fortalecimento do PARU, e da própria pós-graduação em Serviço Social no

âmbito da região Norte, foi criado, em 2013, o Laboratório de Práticas e Pesquisas Sociais na Amazônia (LABPSAM), objetivando aglutinar todos os projetos de pesquisa desenvolvidos pelos docentes vinculados ao Programa.

Como observa Bourguignon (2008), a pesquisa em Serviço Social deve gerar um conhecimento que possa reconhecer os usuários dos serviços públicos como sujeitos políticos capazes de conhecer e intervir em sua própria realidade com autonomia, desvincilhando-se das estratégias de assistencialismo, clientelismo e subalternidade, tão presentes nas ações governamentais e políticas públicas.

A socialização do que é produzido por docentes, discentes, técnicos e atores dos movimentos sociais acontece por meio do Projeto denominado “Quintas Urbanas”, iniciado a partir de 2006 e por meio do qual o PARU realiza seminários temáticos mensais, quando o direito à cidade e temas afins são debatidos em espaços sempre abertos ao público em geral. As atividades de ensino, extensão e pesquisa desenvolvidas pelo PARU nas suas mais de três décadas fomenta a participação e a qualificação dos sujeitos sociais em diferentes instâncias, por meio de debates acadêmicos no âmbito institucional (nos níveis da graduação e da pós-graduação) e da sociedade.

5. À GUIA DE CONCLUSÃO

No decorrer de mais de trinta anos de história, docentes, discentes e técnicos vinculados ao PARU, aliaram a dimensão técnica-operativa, teórica-metodológica e ética-política da formação e do exercício profissional para o fortalecimento das lutas sociais pelo direito à cidade na Região Metropolitana de Belém.

Os projetos de ensino, de extensão e de pesquisa são desenvolvidos de forma a garantir aquela formação profissional do assistente social articulada à luta pelo direito à cidade, tendo por base o ideário da Reforma Urbana. Esta é pensada em relação às demais lutas sociais – especialmente a luta pela terra, na cidade e no campo -, e o PARU busca, assim, contribuir na formulação e execução das políticas urbanas por meio de estudos, debates e intervenções na dinâmica urbana e rural.

A partir da análise crítica do processo de acumulação capitalista, sobressaem os processos históricos que conformaram a ocupação e exploração do espaço amazônico a partir de grandes projetos de intervenção, na área urbana e rural, todos eles contribuindo para a (re)produção, à exemplo da Região Metropolitana de Belém, de expressões da “questão social”.

Fundamentada na apreensão radical das contradições oriundas da sociabilidade capitalista e com vistas ao fortalecimento de construção de uma sociedade emancipada, o PARU desenvolve ações visando à consciência política dos movimentos sociais para que estes, enquanto sujeitos de sua história, possam ir ao embate de maneira qualificada em busca do direito de morar dignamente.

A assessoria como estratégia fundamental nesse processo, viabiliza a leitura crítica da realidade, numa dinâmica de contínua análise de conjuntura e estrutura, possibilitando a construir, com os movimentos sociais, os caminhos de transformação da realidade. Esse processo envolve capacitação, formação de lideranças e fortalecimento das mobilizações sociais, de maneira que se construam espaços de integração e aglutinação, buscando fortalecer as diferentes forças políticas em seus processos reivindicatórios e de interlocução com o Estado. Isso requer que o assistente social atue como o profissional mediador das relações, viabilizador dos direitos e recursos, socializador das informações pertinentes às demandas da população, lutando pela inclusão e igualdade social.

Na formação em Serviço Social, a garantia da indissociabilidade entre o ensino, a extensão e a pesquisa, possibilitada pelo PARU, foi (é) responsável pela elaboração de dezenas de Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses de Doutorado dedicadas ao estudo da questão urbana nas suas múltiplas manifestações no cotidiano das cidades: a problemática habitacional, fundiária, saneamento, transporte, meio ambiente e a relação com o poder local e movimentos organizados da sociedade civil. Na assessoria desenvolvida pelo PARU, o Serviço Social tem a oportunidade de repensar sua prática profissional em meio às contradições da realidade dos espaços sócio-ocupacionais, o que implica em (re)pensar a dinâmica da sociedade capitalista em constante transformação.

Mais que um registro, ainda que incompleto, este texto apresenta dados, experiências e conquistas partilhadas por docentes, discentes e técnicos junto à sociedade, alguns deles inclusive presentes desde a gênese da experiência iniciada em 1981 quando o Programa se constituía em “campo próprio de estágio” para o que se chamou, naquele momento, de “prática alternativa”.

De campo de estágio “alternativo” à Programa de Extensão Universitária, vinculado ao Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFPA, consoante aos princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social, o PARU chega ao século XXI com novos e instigantes desafios.

A sociabilidade orientada pelo princípio do direito à cidade impõe, aos assistentes sociais brasileiros, a busca permanente pela qualificação de suas atividades posto que hoje, como no período anterior à redemocratização do país, torna-se necessário qualificar opções alternativas frente à conjuntura (neo)conservadora.

Na Amazônia, a permanente qualificação do Serviço Social enfrenta desafios que, embora nem mais nem menos profundos, são prenes de particularidades derivadas, em grande medida, da formação sócio-histórica colonizada, como a brasileira, mas também colonizadora, que aprofunda processos de segregação socioespacial e desigualdades sociais nas diferentes regiões brasileiras. Socializar as históricas experiências do PARU desenvolvidas na UFPA, faz parte das estratégias de romper com a invisibilidade imposta às experiências que, na Amazônia, constroem lutas pela emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ALVES, Edivania Santos. **Marchas e Contramarchas na Luta pela Moradia na Terra Firme (1979-1994)**. 143 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2010.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre. v. 7 n. 2 p. 302-312. jul./dez. 2008.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. (Orgs.) **Assessoria, Consultoria & Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

CARDOSO, Welson de Sousa. **Mercado Imobiliário e Verticalização de Empreendimentos Residenciais na Produção da Segregação Socioespacial em Belém**. 453f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MARRO, Kátia. Serviço Social, Lutas e Movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro. **A Luta pela Água na Associação de Moradores Sebastião Mearim no Bairro do Guamá/PA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Serviço Social)- UFPA, Belém, 1987.

_____. **Amazônia e Desenvolvimento Capitalista: elementos para uma compreensão da “questão social” na região**. 2006. 195f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

FONSECA, Tatiana Maria Araújo da. Análise da literatura profissional sobre a temática da assessoria. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. (Orgs.). **Assessoria, Consultoria & Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010. p.58-83.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Solange. **A Postura do Agente Externo (intelectual) no Processo Organizativo da Associação Raimundo Ferreira Lima “O Gringo”**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Serviço Social)- UFPA, Belém, 1984.

MARRO, Kátia. Serviço Social e Movimentos Sociais: Reflexões sobre Experiências de Extensão. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n. 22, p.317-340, jul./dez. 2011.

MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

_____. Assessoria e Consultoria: reflexões para o Serviço Social. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de (Orgs). **Assessoria, Consultoria & Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

PAULA, Iracy; CASTRO, Elza. **Caldeirão Urbano: a relação entre Movimentos Sociais Urbanos e Aparelhos de Estado em Belém**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Serviço Social)- UFPA, Belém, 1985.

PENNA, Regina Cláudia de Gusmão; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. **Um Estudo sobre o Trabalho Realizado pelo Serviço Social nos Movimentos Populares – Associação de Moradores Raimundo Ferreira Lima – ‘O Gringo’**”. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Serviço Social)- UFPA, Belém, 1985.

SANTANA, Joana Valente. **Gestão de cidades no Brasil: estratégias e orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento**. São Paulo: Papel Social, 2013.

_____; PERDIGÃO, Ana Kláudia de Almeida Viana. Participação dos moradores na produção habitacional: análise da área CDP (Belém-Pará-Brasil). In: Congresso Argentino de Antropología Social – Facultad de Filosofía y Letras – UBA, 10., 2011, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires, 29 de noviembre al 02 de diciembre del 2011.

SOARES, Pedro Paulo de Miranda. **Memória Ambiental na Bacia do Una. Estudo Antropológico sobre Transformações Urbanas e Políticas Públicas de Saneamento em Belém (PA)**. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidades Médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 1, 3, n. 2, nov. 2011.